



Registro de Encaminhamentos e Temas (RET)  
da 28ª Reunião do  
**COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA**

**Data:** Terça-feira, 25 de julho de 2023  
**Horário:** 09h30 às 18h00  
**Local:** Cullinan Hplus Premium, SHN, Quadra 4, Bloco E, Brasília

---

**AGENDA**

09h30	Abertura – Ministro interino do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Excelentíssimo Sr. João Paulo Capobianco
10h	Aprovação da Ata da 27ª Reunião do COFA Aprovação da alteração do Regimento Interno do COFA
10h30	Apresentação e deliberação sobre as Diretrizes e Critérios para Aplicação dos Recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação
11h30	Intervalo
12h	Continuação – Diretrizes e Critérios
13h	Almoço
14h	Temas estratégicos para segundo semestre 2023
15h30	Intervalo
16h	Informes e outras deliberações
17h	Encerramento Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e BNDES

## MATERIAL DE APOIO

1

### **Agenda da reunião**

2

### **Tema de pauta**

Aprovação da RET da 26ª Reunião do COFA

Aprovação da alteração do Regimento Interno do COFA

Visão Estratégica, Diretrizes e Critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e Focos de Atuação para o biênio 2023-2025

3

### **Tema de pauta**

Temas estratégicos para o 2º semestre

4

### **Materiais de apoio**

- Decreto nº 6.527/2008, conforme redação atualizada
- Regimento interno do Comitê Orientador do Fundo Amazônia
- Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação para o biênio 2023-2025

Verificado o atendimento do quórum regimental, o superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES, Nabil Kadri, agradeceu a participação dos membros do Comitê e passou a palavra ao Ministro Interino do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), João Paulo Capobianco, para dar início à reunião.

### **Abertura dos trabalhos**

A reunião foi iniciada com as saudações e boas-vindas aos presentes pelo Ministro Interino do MMA, João Paulo Capobianco, reiterando a satisfação na realização da segunda reunião do Comitê no presente ano, desde a retomada do Fundo Amazônia, a primeira a ocorrer após a aprovação da 5ª fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Agradeceu a participação ativa dos 19 ministérios que colaboraram nesse processo, por meio da Subcomissão Executiva responsável pelo Plano, que culminou no lançamento formal pelo governo brasileiro no Dia Mundial do Meio Ambiente. Exaltou o alinhamento para que as diretrizes do PPCDAm se reflitam de forma adequada à retomada do Fundo, que recupera sua credibilidade manifestada nos compromissos de governos por meio de doações, e pela retomada das ações de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia, que segundo números do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) já apresenta números bastante estimulantes. Afirmou que, conforme a última coletiva de apresentação dos dados, em junho, é possível afirmar que o governo inverteu a curva de crescimento do desmatamento, em alta acelerada desde o segundo semestre de 2022 e nos primeiros meses de 2023.

Reiterou a importância do momento para deslançar ações para que o Fundo Amazônia retome sua importância estratégica, não apenas na contribuição para a redução do desmatamento, a partir do apoio às ações de comando de controle, mas principalmente no que diz respeito à promoção da transição econômica na Amazônia. Ressaltou que o Fundo nunca foi pensado como uma forma de captação de recursos para as operações do governo, mas como um fundo de transição para promover a transformação econômica na região visando o fim do desmatamento de forma permanente, inserido na economia regional.

Destacou a relevância da presente reunião que estabelecerá linhas prioritárias de ação e inovações importantes para ações do Fundo. Manifestou o desejo de uma reunião bem-sucedida para que o Fundo seja fortalecido.

#### **1. Discussão e aprovação do Registro de Encaminhamentos e Temas (RET) da 27ª Reunião do COFA**

Nabil Kadri (BNDES) indagou aos membros do COFA se haveria alguma proposta de ajuste na redação do RET da 27ª reunião desse Comitê. Como não houve proposta de modificação, foi aprovado por unanimidade o RET da 27ª reunião do COFA.

## **2. Aprovação da alteração do Regimento Interno do COFA**

Nabil Kadri (BNDES) informou que o Regimento Interno do COFA nunca sofreu alterações desde o início do funcionamento do Fundo, em 2008, e que alguns erros materiais precisavam de ajustes. Lembrou que o texto foi circulado anteriormente e que os principais pontos versam sobre a necessidade de explicitar o PPCDAm; uniformizar a redação sobre dias corridos e úteis; e correções ortográficas.

Perguntou aos membros do COFA se haveria alguma sugestão ou dúvida. Todos estando de acordo, as alterações do Regimento Interno do COFA foram aprovadas.

## **3. Apresentação e deliberação sobre Visão Estratégica para as Diretrizes e Critérios para Aplicação dos Recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação para o biênio 2023-2025**

Nabil Kadri (BNDES) lembrou que o texto circulou entre os membros e que algumas sugestões foram recebidas por escrito, conforme acordado anteriormente, e que serão acatadas ou recusadas segundo deliberação do Comitê para a versão final do documento. Informou que o texto está dividido em três grandes documentos.

O primeiro, inovador, versa sobre a visão estratégica para as diretrizes e focos para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia. Relatou apenas uma sugestão de alteração formal, no primeiro parágrafo, para mencionar a realização da Conferência das Partes – COP 30, em Belém, como referência para os trabalhos no âmbito da política climática brasileira, com a necessidade de esforços concentrados tanto do Governo Federal quanto dos entes subnacionais. A proposta de redação inclui a frase “somam-se a esse contexto os esforços concentrados necessários para a organização da COP 30 a ser realizada em Belém em 2025”.

Renata Miranda (Mapa) questionou a pertinência da alteração por trazer um caráter afirmativo de uma candidatura ainda não aprovada a um documento de um fundo internacional.

Mauro Almeida (PA) pontuou que os países da América Latina e do Caribe apoiaram a candidatura e que o país precisa aproveitar os meses anteriores ao anúncio, que será realizado em Dubai, para se preparar. Ressaltou também que o Pará está contando e atuando com a escolha.

Marcio Rosa (MDIC) sugeriu a supressão do “a ser realizada” na redação “somam-se a esse contexto os esforços concentrados necessários para a organização da COP 30, em Belém, em 2025” para dar um caráter propositivo ao texto, que não exclui a possibilidade quase concreta da realização do evento, mas também não afirma em um documento nacional que será validado pela decisão da ONU.

Tulio Andrade (MRE) destacou que com o endosso formal do Grupo dos Estados da América Latina e do Caribe (GRULAC) à candidatura brasileira, o governo não antevê

nenhuma dificuldade para a formalização da candidatura brasileira na COP 28, em Dubai, e sugeriu para, em caso de segurança, mencionar a candidatura brasileira.

João Paulo Capobianco (MMA) afirmou que a questão apresenta certas dificuldades por ser imperioso respeitar os termos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. Reafirmou a candidatura em andamento e a expectativa de que esta seja aprovada, entretanto sem uma decisão definitiva, que depende da aprovação do secretariado da Convenção das Nações Unidas, na COP 28. Reconhecendo os esforços na sua preparação, invocou o respeito aos processos internacionais em curso, sugerindo a inclusão da palavra “provável” no parágrafo.

Gabriel Lui (Casa Civil) esclareceu que o objetivo do texto é indicar a priorização do Fundo Amazônia para a realização da COP 30 no Brasil, incluindo o processo oficial de candidatura já submetido à publicação de um decreto, que cria um conselho de organização da COP, o Conselho Técnico, que já se encontra em funcionamento. Afirmou que esta indicação é um adicional de sinalização ao que já foi oficialmente encaminhado pelo Itamaraty ao secretariado da Convenção. Ressaltou que da perspectiva da Casa Civil é possível fazer o ajuste na redação com a inclusão da frase “a ser confirmada na COP 28, em Dubai” para explicitar a etapa pendente evitando qualquer interpretação equivocada por parte da comunidade internacional. Destacou que com os esforços em andamento, inclusive do governo do Pará, a Casa Civil defende a permanência da menção ao processo de organização da COP 30.

Nabil Kadri (BNDES) procedeu então à leitura da proposta do Ministro Interino João Paulo Capobianco: “somam-se a esse contexto os esforços concentrados necessários para a provável organização da COP 30 em Belém, em 2025”.

Gabriel Lui (Casa Civil) sublinhou que a ideia, no âmbito do debate sobre diretrizes e visão estratégica, é ter o Fundo Amazônia como um elemento vigente de apoio e organização do processo de participação seja do governo federal, dos estados ou da sociedade civil, durante a realização do evento, já que a COP 30 vai ser um elemento norteador da atuação brasileira até 2025.

Tulio Andrade (MRE) afirmou que quando o país se assume como presidente da COP há uma grande expectativa para que apresente resultados concretos na redução do desmatamento e se coloque em uma posição de liderança, e que o Fundo Amazônia, por mais que não venha a contribuir para financiar os esforços em termos logísticos da conferência, será relevante em termos de resultados junto a uma segunda NDC ambiciosa. Relatou que a comunidade internacional espera que o Brasil lidere os esforços de combate ao desmatamento. Propôs, então, a retirada da frase “a ser realizada”, ficando a redação “somam-se a esse contexto os esforços concentrados necessários para a organização da COP 30 em Belém em 2025”.

Mauro Almeida (PA) informou que o BNDES abrirá linhas de financiamento para o Pará em termos logísticos, ambientais e climáticos, o foco da COP, na qual há planos e ações não apenas para o estado, mas para toda a Amazônia Legal, que podem ser objeto de apoio pelo Fundo Amazônia. Afirmou que resultados de redução de

desmatamento são necessários, mas também nas ações em bioeconomia, no plano de reflorestamento de vegetação nativa, além de outros que integrarão o debate das diretrizes do Fundo para serem consolidados e implementados. Destacou a importância da implementação dos eixos do Fundo Amazônia até a COP.

Tereza Campello (BNDES) informou que o debate realizado nas reuniões prévias das bancadas trouxe como sugestão a incorporação de uma referência à COP e que o texto adicional foi elaborado por sugestão da ministra Marina Silva e do secretário João Paulo Capobianco. Assinalou que o documento sobre as diretrizes do Fundo Amazônia não sofrerá impacto no detalhamento do que será apoiado, mas abarácará essa visão política estratégica, apontando as grandes questões estratégicas, que orientam o Fundo nos próximos dois anos à luz do PPCDAm. Destacou que a proposta, respaldada pelo Itamaraty, coincide com esse período prévio à COP e que a ausência de referência ao evento pode causar espécie. Advertiu que as limitações objetivas do Fundo no tocante ao Decreto nº 6.527 e aos compromissos assumidos com os doadores tornam imperiosa a clara correspondência das diretrizes com a redução do desmatamento e a promoção do desenvolvimento sustentável. Propôs a seguinte redação: “some-se a esse contexto o esforço concentrado necessário à realização da COP 30 em Belém em 2025”, que exclui aspectos que possam causar dubiedade com relação a gastos específicos para a realização da COP e, ao mesmo tempo, não elimina a menção à conferência em um documento político.

João Paulo Capobianco (MMA) acatou a sugestão de que a palavra “organização” induz ao entendimento equivocado de realização da COP.

Davi Bomtempo (CNI) afirmou ser importante essa sinalização do evento, no entanto questionou a localização da citação no texto, que compromete a coerência da redação do parágrafo como um todo.

João Paulo Capobianco (MMA) concordou com o questionamento.

André Lima (MMA) destacou que a perspectiva é ter resultados substanciais a serem apresentados à luz do PPCDAm, o que remete à visão estratégica da política pública. Sugeriu que a redação conste no último parágrafo: “somando-se a esse contexto todo, as prioridades e a visão estratégica, os esforços necessários à realização da COP 30 em Belém”, como um desfecho desses dois anos de visão estratégica.

Renata Miranda (Mapa) sugeriu a palavra “candidatura” em se tratando da visibilidade trazida pelo Fundo Amazônia e a publicidade desses atos, que não retira o grau de otimismo, mas traz uma visão mais cautelosa, respeitando o protocolo.

Nabil Kadri (BNDES) destacou que o documento deve ser atemporal e que se a candidatura for aprovada haverá necessidade de convocação de reunião para a alteração da sua redação.

João Paulo Capobianco (MMA) lembrou que o processo de candidatura está garantido.

A redação do texto, após todas as manifestações dos presentes, obteve o seguinte texto: “Somam-se a esse contexto os esforços concentrados necessários à realização da COP 30 a ser realizada em Belém em 2025.”

Nabil Kadri (BNDES) relatou que o segundo e último ponto sugerido ao texto de visão estratégica diz respeito à inclusão de uma frase no que se refere aos temas prioritários, fazendo vinculação ao apoio às atividades produtivas sustentáveis, por meio da promoção de oportunidades e instrumentos econômicos que auxiliem na redução do desmatamento ilegal. Informou que o item se faz necessário em função da “intensificação do desmatamento ilegal nas cadeias produtivas” constar entre os principais vetores do desmatamento identificados na 5ª fase do PPCDAm.

João Paulo Capobianco (MMA) lembrou que com a criação do quarto eixo no PPCDAm essa inclusão se faz necessária.

Não houve qualquer objeção à inclusão supracitada na redação do texto.

Edna Castro (SBPC) sugeriu a inclusão da questão da ciência e tecnologia no documento de forma explícita, com a seguinte redação: “promover investimentos em Ciência e Tecnologia que viabilizem a pesquisa sobre desenvolvimento sustentável e biodiversidade e apoie universidades e institutos de pesquisa sediados na Amazônia como estruturas permanentes com reconhecidas contribuições ao conhecimento, redução e controle de desmatamento”.

André Lima (MMA) sugeriu um tópico no terceiro parágrafo do documento que versa sobre objetivos estratégicos com a seguinte redação: “investimentos estratégicos em Ciência, Tecnologia e Inovação para potencializar os itens citados acima”.

Edna Castro (SBPC) concordou com a sugestão do representante do MMA.

Não houve qualquer objeção à redação supracitada.

Raphael Padula (MCTI) citou os investimentos do Ministério para a Amazônia com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Não havendo ressalvas, ficou aprovado o texto de Visão Estratégica, novo documento do Comitê Orientador do Fundo Amazônia.

Tereza Campello (BNDES) indagou aos membros do COFA se concordavam com o anúncio do documento de Visão Estratégica para a imprensa. Não houve qualquer manifestação em contrário.

#### **4. Apresentação e deliberação sobre as Diretrizes e Critérios para Aplicação dos Recursos do Fundo Amazônia na Amazônia Legal para o biênio 2023-2025**

Nabil Kadri (BNDES) informou que o documento é estruturado em capítulos e que, assim como no texto de visão estratégica, as sugestões foram compiladas e serão apresentadas para deliberação do Comitê.

Destacou que a primeira sugestão encaminhada a título de alteração no documento base diz respeito ao item 1.2, solicitando a inclusão do Plano Setorial de Adaptação à

Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+) entre as políticas públicas relacionadas, que não são exaustivas e que somente se aplicam quando o projeto tiver afinidade com a política pública específica, ou seja, não sendo necessária a aplicação de todas as políticas relacionadas a todos os projetos, mas sim quando houver afinidade temática.

– Decisões e encaminhamentos

Alteração do item 1.2 com a redação acima.

Nabil Kadri (BNDES) relatou que a segunda sugestão encaminhada diz respeito ao item 1.3.1 com a alteração do subtítulo de “Bioeconomia da floresta e da sociobiodiversidade” para “Bioeconomia da floresta e da sociobiodiversidade e agropecuária sustentável”.

Renata Miranda (Mapa) explicou que a sugestão de inserir o termo "agropecuária sustentável" guarda relação de alinhamento com os eixos do PPCDAm. Enfatizou que a agricultura, como uma peça-chave do desenvolvimento em todo o território brasileiro, mas especialmente na Amazônia, precisa ter um caráter transformador, sustentável e de boa convivência com a floresta. Destacou que milhares de hectares de agropecuária precisam se orientar pelo critério da sustentabilidade.

Mauro Almeida (PA) propôs a inserção do termo em outro tópico, como economia verde ou de baixo carbono. Afirmou não haver correspondência entre economia da floresta e agropecuária. Sugeriu uma reforma no Art. 1º do Decreto nº 6.527, no subitem IV, que versa sobre atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação, termo defasado frente à biodiversidade ou à bioeconomia.

Lucia Alberta (MPI) concordou com a colocação do representante do Pará quanto à inclusão da agropecuária no subtítulo do item. Destacou o trabalho do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) que vão em linha contrária ao proposto.

Tereza Campello (BNDES) salientou a separação entre o Fundo Amazônia e o conjunto dos instrumentos para viabilizar as políticas públicas com suas próprias fontes de financiamento. No caso da agricultura, citou o lançamento do Plano Safra como exemplo de um conjunto de recursos para essa agenda. Enfatizou que o recorte de uma fonte de financiamento para uma política específica, o PPCDAm, não inviabiliza outras agendas. Informou que o Fundo Amazônia ao estar espelhado no PPCDAm precisa observar um conjunto de regras para viabilizar suas finalidades. Ressaltou então que o Fundo não financiará agropecuária sustentável ou a economia verde que serão objeto de fontes específicas. Avaliou que essa redação genérica, “agropecuária sustentável”, pode causar problemas e que há abundantes fontes de recursos no governo para financiar essa agenda.

Fabio Martinez (RR) apoiou a proposta da representante do Mapa. Destacou a agropecuária sustentável como uma das formas para garantir a subsistência dos



povos indígenas e comunidades tradicionais, como vem ocorrendo no estado de Roraima, com resultados importantes, principalmente em comunidades indígenas.

Marcio Rosa (MDIC) afirmou, em consonância com a diretora Tereza Campello, que as atividades econômicas elencadas no capítulo estão relacionadas à bioeconomia da floresta, e não à agropecuária sustentável, e que a redação final sugere também a assistência técnica para essas atividades, o que não constitui um instrumento econômico para a agropecuária. Destacou que na descrição desses instrumentos econômicos no item 3.4.2 não cabe a inclusão da agropecuária sustentável ao não guardar relação com as demais atividades econômicas.

André Lima (MMA) enfatizou o caráter estratégico do PPCDAm para organizar e orientar políticas setoriais no mesmo rumo. Lembrou que a comissão interministerial busca coordenar ações de governo das diferentes políticas para alcançar objetivos comuns. Informou que o Fundo Amazônia compõe um dos instrumentos para apoiar um conjunto de políticas que sinalizam para o desmatamento zero, a economia florestal etc., como uma fonte estratégica, mas não única. Inclusive, prosseguiu, no âmbito dos recursos disponíveis para uma série de outras políticas, o Fundo é um recurso não tão significativo quanto outros planos e programas, mas significativo no contexto de atividades inovadoras, de alavancagem de novos eixos econômicos para a Amazônia. Mencionou o Plano Safra como um exemplo singular de diretrizes estabelecidas pelo PPCDAm na orientação de suas políticas estratégicas. Ressaltou que a aderência ao PPCDAm não é suficiente para o apoio do Fundo Amazônia, mas uma condição mínima e que a visão estratégica está voltada à economia florestal e à bioeconomia. Informou que o que tangencia a atividade agropecuária sustentável e que pode ser fruto de eventual apoio do Fundo é a regularização ambiental e fundiária, base para essa sustentabilidade, o que já vem sendo financiado com a estruturação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Sublinhou então haver uma série de atividades apoiáveis que dão base para uma atividade produtiva rural sustentável em sentido mais amplo, mas não necessariamente na atividade agropecuária em sentido estrito. Manifestou concordância de que essa redação genérica pode abrir expectativas de financiamento para determinados projetos não prioritários.

Adenilza Vieira (FBOMS) afirmou que o eixo bioeconomia, floresta e sociobiodiversidade vem consolidar e fortalecer as cadeias produtivas de povos e comunidades tradicionais e que é importante que o Fundo reforce essa diretriz com base na agricultura familiar, sustentável e de todas as outras atividades dentro desse arranjo produtivo correlacionadas ao PPCDAm e ao objetivo do desmatamento zero.

Moisés Savian (MDA) assinalou um conjunto de políticas para a Amazônia, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que vai atuar na transformação da base produtiva sustentável, direcionado à sustentabilidade agropecuária. Manifestou concordância na manutenção original da redação.

Renata Miranda (Mapa) externou preocupação com a exclusão da agricultura das atividades econômicas do território no âmbito de premissas como a territorial, a do controle do desmatamento e da responsabilidade de um modelo de agricultura não

sustentável. Citou a importância do estabelecimento de regras sustentáveis de baixo impacto para cadeias produtivas como café, mandioca, pecuária leiteira e de corte e do trabalho em termos de sofisticação da melhoria das cadeias agropecuárias que estão na região com o apoio do Fundo Amazônia no que se refere à incorporação de seus ativos ambientais. Sugeriu que o texto englobe as várias atividades econômicas estabelecidas, que poderiam ser grandes apoiadores do não desmatamento.

Sandra Bonetti (CONTAG) expressou concordância com a preocupação trazida pelo Mapa, porém afirmou não ser esse documento a esfera adequada para tratar o tema.

João Paulo Capobianco (MMA) lembrou que o debate não versa sobre o PPCDAm – debatido e lançado pelo Presidente da República – e que o programa traz uma ação clara em relação ao tema no item 1.4 do Eixo I – Atividades Produtivas Sustentáveis, com a seguinte redação “*adoção de práticas sustentáveis na agropecuária ampliada*”, com vários subitens que contemplam a proposta do Mapa. Afirmou que o entendimento é que o Plano Safra, com montante robusto de recursos, atenderá essa diretriz do PPCDAm. Sublinhou que a discussão trata do que o Fundo Amazônia fará de diferente no que tange às lacunas provenientes da ausência de recursos de outros programas e que precisam ser priorizadas, chamando atenção para que não haja uma inversão já que o Fundo deve atuar nas questões estratégicas que não contam com recurso e cuja transição se faz necessária, como a bioeconomia. Esclareceu não haver correlação entre agricultura e bioeconomia. Fez um apelo para que sejam tratadas questões que possam ser viabilizadas pelo Fundo.

Tereza Campello (BNDES) sugeriu a inserção da agropecuária sustentável no corpo do texto, não no título, para evitar problemas do ponto de vista técnico e político. Enfatizou que as diretrizes não inviabilizam tipos de ações contra o desmatamento, mas que priorizam determinadas.

Mauro Almeida (PA) manifestou novamente discordância na inserção do termo.

Gabriel Lui (Casa Civil) advertiu que nenhum dos itens do Decreto nº 6.527, que orientam a construção das diretrizes, explicita a agricultura pecuária. Indagou à equipe do BNDES haver exemplo de projeto relacionado à pecuária sustentável, que ocasionaria alguma perda em termos de resultados positivos. Afirmou que caso contrário, a limitação dada pelo texto do Decreto deve ser observada.

João Paulo Capobianco (MMA) afirmou que o termo “agropecuária sustentável” será retirado da redação final por incompatibilidade com o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008. Lembrou que o PPCDAm já abre uma linha para a atividade que poderá ser contemplada com políticas públicas e crédito específicos.

– Decisões e encaminhamentos

Manutenção da redação original.

Nabil Kadri (BNDES) informou que a segunda sugestão de alteração ao texto-base diz respeito à inclusão do apoio a terras indígenas de forma mais explícita no item 1.3.3,

na parte relativa à previsão de projetos em áreas protegidas, com a redação: “apoio à recuperação e à manutenção de áreas prioritárias para gestão de unidades de conservação em zonas de amortecimento e para a gestão e proteção ambiental no interior e entorno de terras indígenas, ressalvado que o apoio estará limitado a pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até 4 módulos fiscais).”

– Decisões e encaminhamentos

Alteração do item 1.3.3, com a redação acima, conforme proposta do Ministério dos Povos Indígenas.

Nabil Kadri (BNDES) informou estar superada a sugestão de alteração do subtítulo, de “Instrumentos econômicos e financeiros voltados à bioeconomia da floresta e da sociobiodiversidade” para “Instrumentos econômicos e financeiros voltados à bioeconomia da floresta e da sociobiodiversidade e à agropecuária sustentável do item 2.3.4.1, por se tratar da mesma questão debatida no Item 1.3.1.

Relatou a sugestão de retirada da obrigatoriedade de produção e divulgação anual de planos de prevenção e controle do desmatamento de municípios, no item 3.3, por não haver previsão legal e a uniformidade nesse tipo de instrumento.

João Paulo Capobianco (MMA) explicou que a exclusão não significa não apoiar os municípios, um plano de proteção contra o desmatamento é mandatório para o governo federal e governos estaduais, mas não para os municípios. A ideia, então, prosseguiu, é diminuir a restrição da participação dos municípios.

– Decisões e encaminhamentos

Manutenção da redação original do item 2.3.4.1.

Mauro Almeida (PA) mencionou que o Programa Municípios Verdes no Pará, apoiado pelo BNDES, fazia uma referência a feedbacks dos municípios em relação a alertas de desmatamento para o Estado. Sugeriu, então, a inclusão dos municípios no item 1.3.2 na alínea a: “aumento da capacidade de fiscalização presencial e remota, de investigação e de combate dos governos federal e estaduais, incluindo apoio à destinação de bens apreendidos”.

André Lima (MMA) ressaltou que uma das novidades do documento em questão é trazer os municípios como beneficiários diretos do Fundo Amazônia, envolvendo os mesmos em uma estratégia com metas e compromissos. Informou que a inserção dos municípios no item proposto não encontra lógica já que cabe ao governo federal e aos estados a fiscalização da agenda florestal. Destacou que os municípios podem complementar a fiscalização, mas não podem assumir essa agenda de fiscalização presencial e remota no mesmo patamar.

Mauro Almeida (PA) afirmou que a proposta é incluir os municípios para apoiar a agenda de fiscalização, sem transferência de responsabilidade, com a emissão de alertas via satélite por meio de interconectividade com redes comunitárias de quilombolas ou indígenas, por exemplo.

João Paulo Capobianco (MMA) afirmou que essa redação induz o entendimento de que o Fundo Amazônia vai financiar ações de fiscalização e controle de todos os municípios do bioma. Esclareceu que o texto versa sobre municípios prioritários, em áreas críticas e que assumam compromissos reais de redução de desmatamento.

Tereza Campello (BNDES) lembrou que o Fundo Amazônia financiou municípios até 2012 e que o novo texto abre a possibilidade de apoio desde que os projetos não tenham caráter individual, mas sejam realizados em grandes módulos. Esclareceu não haver impedimento para que os municípios se insiram em módulos traçados à luz de ações do governo federal e dos estados. Sugeriu a inclusão dos municípios no item sobre “prevenção e combate à ocorrência dos incêndios florestais”.

Mauro Almeida (PA) citou o Programa Municípios Verdes, no qual quase todos os municípios do Pará estão inscritos, pensado para a emissão de alertas ao governo estadual. Enfatizou a importância da flexibilidade no repasse de recursos aos municípios.

João Paulo Capobianco (MMA) sugeriu incluir os municípios críticos na letra B do item 1.3.2, “integração dos sistemas estaduais de inteligência da federação aos sistemas federais”.

André Lima (MMA) frisou que o texto precisa evidenciar que a responsabilidade de fiscalização é do governo federal e estadual. Manifestou preocupação com o fato de já haver municípios autorizando desmatamento sem ciência dos estados. Afirmou que o item C, ao frisar as três esferas governamentais, contempla a sugestão do representante do Pará: “ações integradas de controle e fiscalização ambiental, fiscal, financeira, sanitária e fundiária e de crimes e infrações conexos ao desmatamento e à degradação florestal envolvendo órgãos públicos das três esferas de governo.”

#### – Decisões e encaminhamentos

Inclusão dos municípios no item “prevenção e combate à ocorrência dos incêndios florestais”: a) ações de prevenção e combate a incêndios florestais, apresentadas por órgãos governamentais das três esferas de governo ou organizações não governamentais em parceria com órgãos de governo, prioritariamente em assentamentos, unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas.

Mauro Almeida (PA) sugeriu a alteração do item 5.2. “pagamentos a agentes públicos” para permitir que os estados possam realizar pagamentos a consultores, por exemplo, assim como facultado às ONGs, para suprir necessidades gerenciais.

Tereza Campello (BNDES) esclareceu que a restrição se refere apenas ao princípio da adicionalidade aos orçamentos públicos diretos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia e aos servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa no exercício de função pública.

Nabil Kadri (BNDES) mencionou a possibilidade de o estado contratar eventualmente uma consultoria de gestão ou um *PMO* (Escritório de Projetos) do projeto.

#### **Decisões e encaminhamentos**

O COFA aprovou as “Diretrizes e Critérios para Aplicação dos Recursos do Fundo Amazônia na Amazônia Legal para o biênio 2023-2025.”

### **5. Apresentação e deliberação sobre as Diretrizes e Critérios para Aplicação dos Recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais para o biênio 2023-2025**

Nabil Kadri (BNDES) lembrou ser esse um aspecto previsto no decreto de criação do Fundo Amazônia e a previsibilidade das limitações em relação ao uso de recursos.

Afirmou que foram recebidas duas sugestões, sendo a primeira no item A.1.1, “Temas de Atuação no Brasil, mas Fora da Amazônia Legal” para incluir o apoio à implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, focado no eixo de Monitoramento e Controle. Explicou que a sugestão busca explicitar nas diretrizes a possibilidade de apoio a projetos focados em monitoramento e controle à luz do que já está previsto na PNGATI, política essa referenciada em todos os documentos institucionais do Fundo Amazônia.

– Decisões e encaminhamentos

Em havendo concordância de todos, o item foi incluído no documento.

Informou que a segunda proposta é incluir a possibilidade de apoio à proteção e vigilância de Unidades de Conservação no item A.1.2 “Focos Temáticos do Biênio”, em sistemas de uso público de monitoramento do desmatamento: “apoio à proteção e vigilância em terras indígenas e de outras comunidades tradicionais, bem como Unidades de Conservação.

– Decisões e encaminhamentos

Em havendo concordância de todos, o item foi incluído no documento.

No que se refere às diretrizes para atuação em outros países tropicais, informou que a proposta é ajustar o valor mínimo de projeto para USD 5 milhões e não em moeda corrente, reais.

João Paulo Capobianco mencionou referências de projetos em outros setores que são de valores inferiores a estes US\$ 5 milhões, e que este valor poderia levar à apresentação de projetos inflados para atingir este patamar, podendo se tornar um limitante.

Nabil Kadri indicou a importância de que seja colocada uma referência em dólares, para evitar impactos das flutuações cambiais.

Tulio Andrade (MRE) lembrou que a referência para o uso dos 20% no projeto da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e que o aumento do piso pode realmente trazer as implicações mencionadas.

Nabil Kadri (BNDES) reforçou ser importante uma referência em dólar por conta da flutuação cambial em termos operacionais que impactam na avaliação de economicidade e previsibilidade das propostas. Salientou que os projetos internacionais são executados em outros países tendo o dólar como moeda de referência.

Raoni Rajão (MMA) reforçou a característica dos projetos, em monitoramento e controle e sugeriu que o valor mínimo seja de R\$ 5 milhões ou R\$ 10 milhões, ou o o equivalente dólares.

Nabil Kadri sugeriu que seja considerado o valor de US\$ 2 milhões, no que foi acompanhado pelo Ministro João Paulo Capobianco.

Tulio Andrade (MRE) mencionou a tecnologia como um vetor que tende a reduzir o custo quando se trata de comando e controle, sugerindo a redução desse valor.

Tereza Campello (BNDES) afirmou que o piso tem que ser no mínimo o mesmo do aplicado em projetos dentro do país, para as mesmas regras, ou seja, R\$ 5 milhões.

João Paulo Capobianco (MMA) sugeriu US\$ 1 milhão segundo a conversão atual.

Nabil Kadri (BNDES) voltou a sugerir o valor de US\$2 milhões dado o alto custo de transação para os projetos com o exterior. Informou que o valor proposto só faz sentido em se tratando de um projeto com escala, como o da OTCA, por exemplo, que envolveu os nove países da região e não um projeto com país específico. Citou o caso de apoio a algum país da África, que também demandaria um projeto em grupo. Destacou que os elevados custos de monitoramento inviabilizam projetos pequenos no exterior e que o valor de US\$2 milhões para a cooperação internacional é baixo na prática.

Raoni Rajão (MMA) endossou as palavras do representante do BNDES e pontuou o risco do recebimento de inúmeros projetos de países tropicais, por exemplo, enquanto faz muito mais sentido ter a Bacia do Congo como proponente. Afirmou a razoabilidade da proposta de US\$ 2 milhões como piso mínimo.

João Paulo Capobianco (MMA) encaminhou a proposta no valor de US\$ 2 milhões.

#### **Decisões e encaminhamentos**

O COFA aprovou as “Diretrizes e Critérios para Aplicação dos Recursos do Fundo Amazônia em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais, válidas a partir desta data para o biênio 2023-2025.”

## 6. Temas para desenvolvimento

Nabil Kadri (BNDES) informou estar concluída a parte deliberativa da reunião. Comunicou que a ideia da segunda parte é que sejam trazidos temas derivados das diretrizes ou focos que serão trabalhados ao longo do semestre para refletir de maneira conjunta estratégias específicas. Comunicou que os temas foram divididos em três grandes blocos para reflexão aberta: Entes Federados; Iniciativas Inovadoras e Planos Transversais.

Tereza Campello (BNDES) informou as diretrizes que organizam o trabalho do Fundo Amazônia, à luz do PPCDAm, conformam um manual de operações que ao serem publicadas no site do Fundo disponibilizam o balcão para o recebimento de projetos não apenas para as ações emergenciais de comando e controle e as que envolvem povos indígenas e comunidades tradicionais, mas sobretudo o conjunto das ações estratégicas de desenvolvimento sustentável. Destacou que as experiências bem-sucedidas ao longo dos 15 anos do Fundo Amazônia devem ser referenciadas e desenvolvidas, como as chamadas públicas que geraram mais efetividade e sinergia, como o caso do restauro florestal. Mencionou a incorporação dos municípios nas diretrizes sob a ótica de módulos predefinidos a fim de dar escala, velocidade e sinergia nas ações para dar conta do enfrentamento do atual padrão crescente de desmatamento e de organização criminosa nos territórios. Destacou que o debate agora versa sobre as frentes passíveis de indução, seja por módulos ou editais, no próximo semestre.

Nabil Kadri (BNDES) informou que o primeiro ponto versa sobre entes subnacionais. Lembrou da mudança de patamar de relação com as gestões e projetos estaduais e a volta de projetos municipais nas diretrizes aprovadas. Informou a perspectiva de uma agenda de trabalho em conjunto, principalmente com os membros do COFA, para estruturar propostas. No que se refere aos governos estaduais, informou que a sugestão é revisar e atualizar os módulos já existentes relacionados a critérios orientadores, como Cadastro Ambiental Rural (CAR) e bombeiros, e discutir outros módulos ainda não desenvolvidos. Esclareceu que a ideia é promover, em parceria com o MMA, a adesão dos estados à padronização do trabalho, com a criação de módulos específicos, uniformizados, como CAR ou restauração, para diminuir o tempo de análise, contratação e liberação de forma substancial. Citou o projeto junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Lembrou que apenas sete dos 102 projetos tinham como proponentes os municípios e que muitas lições foram aprendidas. Informou que a possibilidade de apoio direto aos municípios demanda um trabalho organizado e harmônico com o PPCDAm. Ressaltou a proposta, em conjunto com o MMA, de realizar um edital, chamamento ou programa de adesão direcionado para viabilizar esse trabalho com os municípios.

André Lima (MMA) indicou dois pontos na proposta: a ideia de módulos e a novidade de apoio aos municípios. Afirmou que a primeira, proposta pelo BNDES, pode facilitar e agilizar a definição das atividades padrão que os estados têm desenvolvido. Informou que existe um padrão de atividades, como análise e a validação do CAR,

obrigatório para todos os estados, embora haja dificuldades, em diferentes níveis. Destacou que a modelagem facilitaria o processo de análise e aprovação no BNDES. A ideia, prosseguiu, é buscar apoiar as ações considerando as suas diferenças, mas dentro de um padrão comum que inclusive facilite o alcance do resultado esperado que, no caso de validação do CAR, é a integração desses dados e análises, assim como no caso do processo de restauração florestal, no qual há um padrão mínimo comum que pode ser usado para definir o roteiro e os termos de referência dos módulos de restauração. No caso dos municípios, prosseguiu, a ideia é trazer os municípios considerados prioritários para a agenda, não apenas tratando o desmatamento, mas de alguma maneira apoiando a estruturação, a melhoria da governança, com o apoio a esses entes na agenda de monitoramento e controle, atividades produtivas sustentáveis e ordenamento territorial. Comentou que o MMA está analisando 140 glebas federais com mais de 50.000 hectares de florestas e que nem todo esse conjunto será transformado em unidade de conservação federal, concessão florestal ou território indígena. Indicou, por conseguinte, a possibilidade de criação de unidades de conservação ou parques municipais, inclusive como estratégia de compensação de reserva legal, o que pode ser interessante para proprietários rurais em um dado município, constituindo um módulo de apoio para criação de unidades de conservação, com apoio dos estados ou do governo federal no caso de glebas estaduais ou federais. Afirmou que é possível pensar em algumas ações modulares que incentivem os municípios a caminhar no mesmo rumo. Citou a base de governança mínima ambiental, questão colocada pelo representante do Pará, no qual os municípios podem fazer o monitoramento do desmatamento, como Paragominas, por exemplo, acionando “fiscais locais” e apoiando os estados. Relatou haver uma série de atividades em que os municípios podem assumir compromissos articulados com o governo estadual ou diretamente até com o governo federal.

João Paulo Capobianco (MMA) informou que vários municípios têm procurado o Ministério do Meio Ambiente para uma agenda integrada. Mencionou a visita de uma comitiva de 8 municípios do Pará, em uma articulação com o Deputado Federal José Priante, que buscam estabelecer uma agenda de trabalho. Destacou a importância da criação de uma agenda integrando municípios, com base nos módulos citados, o que vai gerar enorme impacto na ponta por serem esses entes os mais próximos ao desmatamento e que precisam buscar alternativas e soluções para colaborar com o processo de redução do desmatamento. Avaliou que esse importante movimento de os municípios buscarem protagonismo abre uma janela de oportunidade para ampliar a capacidade de atingir o objetivo do desmatamento zero em 2030.

Raoni Rajão (MMA) informou que o BNDES possui um histórico muito bem-sucedido de editais, assim como orientações para o apoio útil no processo de elaboração de propostas. Citou um diagnóstico realizado junto ao banco no qual foi observado que a demora na aprovação se dá, primeiramente, pelo extenso diálogo com os estados para adequação das propostas às próprias diretrizes. Afirmou que a padronização, como, por exemplo, do tipo de veículo apropriado para uma fiscalização, facilita e torna célere a análise do projeto. Esclareceu haver uma estrutura diferente para cada estado, mas escalável com a lógica do encaixe. Afirmou que essa proposta visa a



diminuir os custos de transação e facilitar e padronizar o monitoramento dos projetos, algo muito importante, de modo a aumentar a eficiência do Fundo.

Nabil Kadri (BNDES) lembrou que essas discussões vão ser importantes para o desenvolvimento de padrões para outras políticas públicas apoiadas pelo Fundo, como, por exemplo, a compra de um kit básico com equipamentos comuns a corpos de bombeiros de interesse dos estados. Destacou que a ideia é trazer inovações para facilitar, padronizar e agilizar os projetos, principalmente com os entes públicos. Informou que a pauta é um convite ao diálogo para a construção dessa solução proposta para o comitê e para os membros, principalmente estaduais.

Gabriel Lui (Casa Civil) questionou se os critérios já consolidados – CAR; fiscalização; regularização ambiental e incêndios florestais – serão atualizados à luz das diretrizes aprovadas e se já há temas específicos pensados no âmbito do corrente debate.

Nabil Kadri (BNDES) afirmou que os critérios orientadores, avalizados pelo COFA, precisam ser atualizados e que a proposta é revisá-los na estrutura de módulos.

Gabriel Lui (Casa Civil) questionou se os quatro temas elencados serão aproveitados, já que são fundamentais para o trabalho com os estados.

André Lima (MMA) destacou a importância de atualizar os critérios a partir das novas diretrizes e da visão estratégica, na linha dos módulos.

Tereza Campello (BNDES) informou que será necessária a realização de uma reunião do Comitê em curto prazo para viabilizar a aprovação dessa atualização e o consequente desenvolvimento do trabalho. Sugeriu uma reunião extraordinária de forma virtual. Informou que embora não haja grandes divergências em torno dos temas, os limites operacionais podem gerar amarras.

Nabil Kadri (BNDES) afirmou que a evolução dos critérios orientadores são os módulos.

#### **Decisões e encaminhamentos**

O COFA aprovou a revisão dos critérios orientadores e a convocação de reunião extraordinária para a sua aprovação, com a possibilidade de inclusão de novos temas na estrutura modular.

Nabil Kadri (BNDES) afirmou que, no âmbito dos planos transversais, o primeiro ponto versa sobre como articular entre os diversos atores uma agenda robusta de restauração florestal produtiva na Amazônia. Lembrou que os desafios hoje são diferentes e que o Fundo tentou se dedicar a construir editais específicos de restauração, por exemplo, mas que não avançaram porque foram interrompidos. Ressaltou, entretanto, que muito foi feito em termos de modelagem operacional pelo BNDES e que seria interessante compartilhar essa experiência para a configuração do caminho a ser adotado. Destacou que a agenda de restauro, de interesse de vários

recortes distintos, mas à luz do objetivo principal dos recursos do Fundo Amazônia de atender aos agricultores com menos de quatro módulos fiscais, assentados, unidades de conservação e territórios indígenas. Afirmou ser importante buscar uma forma para que esse recurso chegue ao território e canalizar recursos externos disponíveis em consonância com recursos do Fundo Amazônia. Comunicou que o BNDES tem operacionalizado ao longo dos anos a iniciativa chamada Floresta Viva, que possibilitou a realização de pequenos editais para territórios específicos, alavancando recursos de terceiros e, ao mesmo tempo, conseguindo chegar nessas pequenas iniciativas. A ideia, prosseguiu, é explorar essa modelagem, mostrar seu funcionamento, como uma ferramenta para avançar na agenda de restauro na Amazônia, trazendo outros recursos de forma casada no projeto e divulgando o que está sendo feito junto às estratégias do Plano Nacional de Vegetação Nativa (Planaveg). Citou as conversas em andamento com o presidente do Serviço Florestal Brasileiro, Garo Batmanian, no que se refere à expectativa de um modelo olhando para a Amazônia, mas também viabilizando a restauração florestal. Afirmou que a ideia é, ao longo dos próximos meses, propor situações novas para aumentar o uso de recursos na parte de restauração, identificando a participação dos entes subnacionais e ao mesmo tempo, de modelos como parceiros, gestores, como foi o caso do Floresta Viva, fazendo algo parecido na Amazônia.

André Lima (MMA) informou que o Ministério vem trabalhando na restauração florestal, no contexto do PPCDAm e das agendas de concessão, para criar pólos de restauração e incentivar a instalação de uma cadeia de restauração florestal e agroflorestal em algumas regiões consideradas pertinentes. Afirmou que, dentro da lógica de municípios prioritários, da agenda de regularização ambiental e fundiária e da promoção de atividades econômicas produtivas, a cadeia da restauração pode atender a esse escopo, movimentando desde coleta de sementes associada a povos e populações tradicionais, povos indígenas, como já acontece, por exemplo, na Bacia do Xingu, com a Rede de Sementes do Xingu, até projetos de maior escala em assentamentos, em um grande projeto de restauração, com foco em espécies chave, como pupunha, açaí, mogno etc. Lembrou que o próprio Código Florestal permite o uso de um mix de espécies nativas e econômicas. Informou que a perspectiva é induzir essa questão com chamadas públicas. Ressaltou que com a aprovação da MP nº 1151, que aborda a concessão florestal de carbono, a ideia é buscar envolver também a captação de recursos pela via do carbono na cadeia da restauração.

Moisés Savian (MDA) informou que o MDA, a partir de uma demanda do Ministro Paulo Teixeira, está modelando a ideia de um projeto de florestas produtivas que envolve a agricultura familiar, especialmente, povos e comunidades tradicionais para a Amazônia. Enfatizou a ideia de fazer restauro produtivo a partir da agricultura familiar. Lembrou que a maior parte da população rural da Amazônia foi assentada em um projeto de reforma agrária e, por conseguinte, o Ministério tem presença na região a partir do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ressaltou a associação entre a restauração e a geração de renda como ferramenta importante para uma população significativamente empobrecida. Informou que o projeto está em fase final de modelagem e será fruto de diálogo com o MMA por meio de várias

instâncias como o SFB e secretarias e será apresentado ao Fundo Amazônia. Comentou que o Ministério está iniciando um arranjo no estado do Pará, um projeto inaugural com recursos orçamentários próprios, no qual avanços já foram observados na definição de valores, e que tem um componente importante de assistência técnica e extensão rural. Avaliou que o Brasil experimentou poucas experiências de extensão rural focadas na produção florestal, sendo necessário avançar nesse sentido, associando-a a viveiros comunitários, banco de sementes, escolas e casas da floresta, especialmente aliando o recurso às já existentes políticas públicas. Destacou a enorme concentração de crédito agrícola nos estados do Sul, e que alguns instrumentos foram apresentados como o Pronaf Bioeconomia e o Pronaf Agrofloresta, que encontraram dificuldade de execução na Amazônia. Afirmou que a ideia é associar o restauro de projetos territoriais, a partir de assentamentos de comunidades específicas, à execução das políticas públicas do governo como o crédito, a PGPM-Bio, Política de Garantia de Preços, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Informou o interesse do Ministério nessa agenda e colocou o órgão à disposição para a sua construção.

Gabriel Lui (Casa Civil) mencionou a importância de resgatar, com as atualizações em curso, o edital de 2017/2018 de restauração florestal no âmbito de uma agenda específica de restauro, que chegou a ser lançado pelo Fundo Amazônia, no valor de R\$ 200 milhões, com inclusive a seleção de propostas. Ressaltou a importância da colocação do representante do MDA que vai de encontro à proposta presidencial de geração de emprego e renda a partir desse novo arranjo de bioeconomia, na qual a restauração se insere. Lembrou que os critérios orientadores para o manejo florestal começaram a ser desenhados e que a sua viabilidade econômica foi identificada na ponta como um problema bastante evidente e como o Fundo Amazônia poderia ser empregado como contrapartida de infraestruturas que o estado poderia oferecer, aumentando a viabilidade econômica e a atratividade para o processo de concessão. Citou o carbono como uma novidade, mas reafirmou a importância do resgate de lições desse processo. Mencionou o foco no componente de manejo florestal do PPCDAm no esforço de trazê-lo de maneira mais explícita para o Fundo Amazônia, destacando a interrupção desse processo de desenho. Afirmou, então, a relevância da retomada desse tema em específico nos critérios orientadores.

Nabil Kadri (BNDES) ratificou a capacidade de mobilização de recursos para a agenda de restauração florestal como um fator importante, destacando haver necessidade de um modelo adequado para atrair esses recursos. Ressaltou também a necessidade de recursos adicionais para esse desafio. Informou que os pontos de acúmulo serão retomados junto ao MMA a fim de estabelecer uma ação específica ao longo desse semestre para a agenda de restauro.

Tulio Andrade (MRE) informou haver dois pontos de consideração, sob a ótica do Itamaraty, que guardam relação com a oportunidade em termos de carbono e o regime multilateral de mudança do clima. O primeiro deles, prosseguiu, é a cautela ao afirmar que ainda não há um reconhecimento do uso de mecanismo de mercado para

a conservação florestal, ressaltando o tema da integridade ambiental na agenda de restauração florestal, embora seja algo que não prejudicaria essa linha de ação. Informou, por outro lado, haver problema no uso do carbono se os mecanismos de mercado estiverem sediados no artigo 6 do Acordo de Paris, que recepciona toda a parte de comércio de emissões, constituindo um desafio no que se refere ao cumprimento da NDC brasileira porque o regime de mudança do clima impõe a exigência de ajustes correspondentes em relação à contribuição. Lembrou que esse ponto implica que cada tonelada de carbono vendida precisa ser sobrecumprida em relação à NDC e que o mais relevante para o Itamaraty é assegurar não apenas o cumprimento das regras de metodologia de integridade ambiental do regime, mas também o acordado na NDC, por mais que tenha um caráter voluntário do ponto de vista legal, da credencial do país, principalmente para posição de liderança brasileira no processo. Reafirmou a preocupação do Ministério com essa coerência da moldura do artigo 6 do Acordo de Paris sobre o mecanismo mercado.

Nabil Kadri (BNDES) solicitou esclarecimento se o ponto trazido pelo representante do Itamaraty se refere ao projeto de restauro ou ao Fundo Amazônia em geral.

Tulio Andrade (MRE) afirmou que são duas preocupações que precisam de atenção. Esclareceu que a primeira não se aplica ao caso concreto, mas que vale lembrar que o uso de créditos de carbono no restauro florestal não é reconhecido pelo regime de REDD+, estando o “mais” consagrado como conservação de florestas. Pontuou que o segundo ponto versa sobre a transferência internacional de resultados de mitigação e que isso implica, sob a ótica do artigo 6 do Acordo de Paris, uma autorização do MMA, a nova autoridade responsável, em coordenação com o Itamaraty. Se essa transferência ocorrer, prosseguiu, para cada tonelada de carbono equivalente transferida para o exterior é necessário garantir o sobrecumprimento da NDC.

André Lima (MMA) agradeceu o alerta.

Gabriel Lui (Casa Civil) advertiu ser natural a expectativa de remuneração do serviço ambiental pela contabilidade do carbono com a estruturação desse mercado, seja doméstico ou pela regulamentação do artigo 6. Afirmou que o representante do Itamaraty chamou atenção para algo fundamental, e não latente, que se coloca no futuro em relação à recepção dos projetos por parte do BNDES ao abordar eventuais ajustes que se farão imperativos. Afirmou a importância de lastrear a viabilidade econômica da venda do crédito e que esse ponto deve constituir um preceito do projeto em sua análise.

Nabil Kadri (BNDES) enfatizou que essa necessidade se coloca em se tratando de doadores internacionais e demanda a presença do Itamaraty nessa discussão.

Raoni Rajão (MMA) fez coro às preocupações do Itamaraty. Comunicou já haver conversas sobre a questão e que o momento oportuno para torná-la explícita é na reformulação do *Project Document (ProDoc)*, o documento de projeto, o anexo às doações dos países. Informou ainda estar em discussão uma forma de evidenciar essa linha, especificando que o Fundo Amazônia trabalha com pagamentos por resultados

ligados ao artigo 5 da Convenção-Quadro das Nações Unidas. Destacou ainda que essa restrição impede reinterpretações quanto à necessidade de o país tornar as suas metas ainda mais ambiciosas.

Tulio Andrade (MRE) destacou que o Fundo Amazônia serviu como modelo para o Marco de Varsóvia da Convenção e para o artigo 5 do Acordo de Paris.

Nabil Kadri (BNDES) informou que foi finalizado o debate sobre restauração. Iniciou a discussão que aborda os esforços empreendidos para organizar a oferta e demanda dos produtos vinculados à sóciobioeconomia, à produção familiar, à produção de assentados, de unidades de conservação e a toda a questão da alimentação escolar no território amazônico, pensando em como alinhar esses dois desafios dentro de uma grande estratégia de desenvolvimento para a região.

Tereza Campello (BNDES) lembrou que estão sendo trazidos temas que vêm sendo trabalhados na expectativa de ações passíveis de indução e que possam dar ao Fundo escala, velocidade e sinergia, atreladas, na maior parte das vezes, a políticas públicas, caso do restauro florestal. Salientou que um dos grandes desafios é articular ações com maior escala, com o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar que não sejam pulverizadas, o que restringe o apoio a projetos muito pequenos. Comunicou estar em construção uma proposta, objeto de chamada pública, que aproveita uma política pública muito exitosa, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com: MMA, MDA, Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Regional, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Destacou haver na Amazônia Legal 8.200.000 crianças que se alimentam em escolas públicas que poderiam comprar os produtos da sociobiodiversidade, fortalecendo a agricultura familiar. Ressaltou a relevância desse arranjo em termos de ganho para o público prioritário sob a ótica da segurança alimentar. Sublinhou que esse casamento entre oferta e demanda confere sustentabilidade ao projeto já que os recursos do FNDE continuam sendo ofertados para as compras públicas.

João Paulo Capobianco (MMA) afirmou ser esse um projeto que vai na linha de apoio direto à produção local, na transição econômica, com produtos baseados nos ativos da Amazônia, gerando um processo permanente, iniciado pelo Fundo, mas que depois se torna uma política pública a ser financiada pelo governo no longo prazo.

Lucia Andrade (Funai) afirmou ser esse um tema de grande relevância que tem sido acompanhado pelo MPI e Funai. Compartilhou a experiência desenvolvida no estado do Amazonas, mediada pelo Ministério Público Federal, que reuniu organizações da sociedade civil, instituições federais, estaduais e municipais dentro de um grupo chamado Catrapoa – Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas – para encontrar alternativas para a alimentação escolar, surgida a partir da situação da Terra Indígena Yanomami, com a compra direta das comunidades indígenas. Lembrou

que o Estado enfrentou dificuldades, como a questão sanitária, devido a regras de compra, o que facilitava a aquisição de industrializados. Destacou o custo da logística na entrega desses alimentos que inviabiliza a participação de municípios, considerando os custos amazônicos, o que impediu o avanço da proposta.

Tereza Campello (BNDES) informou que o procurador Fernando Soave também está no grupo debatedor da proposta, por sugestão da Conab. Destacou que a questão logística será fruto de apoio neste projeto. Informou que o Fundo Amazônia atuará no âmbito da estruturação da oferta e demanda. Sublinhou que a proposta está caminhando bem e que um grande edital será lançado, por territórios, respeitando a heterogeneidade da Amazônia, mas ao mesmo tempo facilitando a padronização.

João Paulo Capobianco (MMA) informou que precisaria sair antes do encerramento devido a uma reunião emergencial, agradeceu a participação de todos, destacando a aprovação do documento de visão estratégica e das diretrizes para aplicação de recursos no biênio 2023–2025, que ficaram muito bem definidas, reafirmando o papel do Fundo Amazônia na promoção de modificações estruturantes capazes de fazer a transformação econômica na região.

Nabil Kadri (BNDES) informou que será iniciado o processo de revisão dos quatro documentos de orientações, em acordo com o MMA, e que será agendada uma reunião para apreciação desses documentos revisados.

João Paulo Capobianco (MMA) ratificou a realização da quarta reunião para aprovar esses documentos e de uma quinta ainda esse ano para avaliar seus resultados. Comunicou que o Secretário André Lima passa a representar o MMA.

Nabil Kadri (BNDES) informou que os temas gerais estão em amadurecimento e estão sendo apresentados para ciência e debate. Quanto à questão da “pesquisa, inovação e empreendedorismo”, comunicou que tanto a equipe do Fundo, como do MMA, identifica como prioritário o estabelecimento de um foco para delimitar ou estruturar uma ação específica vinculada à temática no âmbito do PPCDAm. Reconheceu haver um grau de maturidade distante das outras discussões, como o fomento do uso dos produtos da sociobiodiversidade na agenda da alimentação escolar e a restauração florestal. Destacou que é preciso iniciar um processo de escuta a instituições e órgãos parceiros, mesmo fora do COFA, que têm ações desenvolvidas visando ao fortalecimento das instituições de pesquisa e inovação da região. Mencionou o fato de o Vice-Presidente Alckmin estar em Manaus para a reabertura do Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA) e a reinauguração do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Citou a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) como um avanço nessa agenda, inserida em outro contexto de inovação na região, muito diferente do qual o Fundo operava até 2018. Reafirmou ser esse um tema a ser trabalhado ao longo dos próximos meses no âmbito do Fundo Amazônia. Convidou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para aprofundar o diálogo a

fim de identificar eixos modulares. Informou que nas conversas com o Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas do MMA, do diretor Raoni Rajão, foram distinguidos muitos desafios de pesquisa e inovação dentro dos eixos PPCDAm, que carecem de inovações às vezes disruptivas para solucionar problemas específicos seja no eixo de monitoramento e controle, bioeconomia ou ordenamento territorial. Destacou como esta agenda pode favorecer a execução do PPCDAm e das ações de combate à redução ao desmatamento e que essa consulta busca a construção de uma proposta mais organizada, na forma de edital, programa ou módulo.

André Lima (MMA) ressaltou que a inserção de investimentos para avançar em ciência, tecnologia e inovação no documento de visão estratégica constitui uma medida prática da proposta trazida pela representante da SBPC.

Nabil Kadri (BNDES) destacou ser importante lembrar o vínculo desta agenda com a redução e o combate ao desmatamento, na qual as instituições de pesquisa e inovação precisam guardar relação com a agenda de financiamento do Fundo Amazônia, que tem escopo de atuação delimitado. Retomou a fala do representante do MCTI que sublinha o destravamento e mobilização de alguns fundos específicos constitucionais vinculados à região e como fazer o diálogo com esses fundos para definir seus papéis até para resguardar recursos do Fundo Amazônia, que não podem substituir um fundo específico, gerido pela Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, como o fundo vinculado à região amazônica e à agenda de bioeconomia. Descreveu então se tratar de um trabalho de casamento de fontes de recursos, já que essa agenda conta com fontes por meio de políticas específicas.

Edna Castro (SBPC) assinalou a importância do acúmulo e do avanço em ciência e tecnologia sobre a Amazônia, sobre as dinâmicas de desmatamento, por exemplo, e toda a relação com as mudanças climáticas e a grande contribuição que o país pode ainda prestar para esse processo. Chamou atenção para a evolução do ambiente de pesquisa, desenvolvimento e inovação do Brasil e seu papel no cenário internacional.

Gabriel Lui (Casa Civil) afirmou que o desafio se refere à forma e não tanto ao conteúdo já que não houve dificuldade para identificar prioridades e vínculos aos temas do Fundo Amazônia e ao PPCDAm. Ressaltou ser importante refletir o papel do Fundo nessa conexão com essa nova forma de financiar esse tipo de atividade. Lembrou se tratar de um instrumento não reembolsável com muita flexibilidade em relação aos arranjos possíveis. Informou ser necessário tratar dos instrumentos, inclusive normativos, necessários para que o BNDES tenha segurança para executar o recurso do Fundo Amazônia nesse novo cenário. Citou a possibilidade de elaborar um edital que reproduza o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), além de outros instrumentos, ou tentar uma conexão com esse ambiente de inovação que vai mesclar recursos privados e outras formas de alavancar os projetos e as possibilidades de valores disponíveis. Citou também as experiências internas do BNDES nessa agenda.

Nabil Kadri (BNDES) noticiou a existência de avanços independentes de recursos do Fundo Amazônia, com recursos próprios do BNDES, inclusive não reembolsáveis, para essa agenda, como a bioeconomia florestal, que recebeu quantidade expressiva de propostas, alcançando mais recursos de doações de terceiros e sendo executada de forma mais célere do que qualquer outro tema. Informou que esse financiamento híbrido teve cinco vezes mais propostas do que o tema de cidades sustentáveis, por exemplo, que é bastante consolidado. Noticiou já haver um projeto aprovado e que a expectativa é, caso haja amadurecimento suficiente, avançar na temática dentro do Fundo Amazônia. Enfatizou a oportunidade de dividir e construir alternativas inovadoras no campo das finanças sustentáveis.

André Lima (MMA) comentou que no âmbito da estratégia de trazer os municípios para a Estratégia Nacional de Controle do Desmatamento, 50 municípios, cerca de 25 na Amazônia e 25 no Cerrado, são responsáveis por quase 70% ou 75% do desmatamento no Brasil. Considerando que esses biomas são responsáveis por mais de 80% dos desmatamentos, informou que a presidência da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Deputados já consentiu com uma emenda em torno de R\$ 150 a 200 milhões para ações convergentes com o aporte do Fundo Amazônia e que há uma promessa de diálogo com a presidência da comissão de membros do Senado com a mesma finalidade. Mencionou o significativo volume de recursos dessas emendas de comissão de meio ambiente, da Câmara e do Senado, para o investimento de R\$ 500 milhões em ações com os municípios críticos para a redução de desmatamento. Informou que seria importante pensar em algum mecanismo para um financiamento casado, com contrapartidas de recursos orçamentários para recursos do próprio Fundo Amazônia.

Nabil Kadri (BNDES) destacou a singularidade dessa dinâmica de pensar soluções novas de alavancagem de recursos dentro de modelos inovadores. Ressaltou também a corresponsabilidade do Comitê pela gestão do Fundo e a importância das contribuições para pensar de forma estruturada caminhos inovadores.

Valéria Kaxuyana (COIAB) mencionou outras iniciativas apoiadas, como o Fundo Dema e o Fundo Babaçu, cujos resultados poderiam ser fruto de reflexão. Citou também o Podáali – Fundo Indígena da Amazônia Brasileira, criado pela COIAB, construído e gerido por indígenas. Afirmou que no que se refere às contribuições aos temas gerais seria interessante trazer esse norte de atuação incorporado à PNGATI.

Nabil Kadri (BNDES) afirmou que há um grande interesse nesse balanço das experiências inovadoras brasileiras, no âmbito do desenho das finanças climáticas, apoiadas pelo Fundo Amazônia, como os supracitados e na abertura de diálogo com outros fundos, como o Fundo Casa, para entender os desafios, as formas de operação, com vistas a construir uma ação mais estruturada e escalonada a partir desses exemplos.



## 7. Informes e outras deliberações

Nabil Kadri (BNDES) divulgou o evento de comemoração dos 15 anos do Fundo Amazônia, a ser realizado no dia 7 de agosto, em Belém. Detalhou a estrutura: mesa de abertura com autoridades; duas mesas, uma para o balanço dos 15 anos do Fundo Amazônia e a segunda que abordará os desafios e oportunidades dos próximos anos. Informou também que haverá transmissão online. Agradeceu ao assessor Márcio Meira, que ajudou a viabilizar o Museu Emílio Goeldi como espaço para essa atividade. Convidou todos os membros do COFA e compartilhou a possibilidade de extensão do convite a outros participantes.

Quanto ao status novas doações, informou ser importante alinhar as informações com todos os membros do Comitê. Comunicou o recebimento da primeira sinalização de retorno de aportes ao Fundo Amazônia e detalhou as negociações com os países. No caso da Alemanha, comunicou a assinatura do contrato de doação de € 35 milhões e que a internalização do recurso se encontra em processo final. No caso dos Estados Unidos, comunicou um novo compromisso de doação na ordem de USD 500 milhões, que dependem dos fluxos internos de aprovação no Congresso americano. Quanto ao governo do Reino Unido, informou a negociação de £ 80 milhões e a realização de reunião inicial com empresa responsável pela *due diligence*. Informou que o governo da Suíça anunciou a doação de no valor de CHF 5 milhões cujo processo de formalização já se encontra em andamento. Comunicou também o compromisso da União Europeia em aportar € 20 milhões, ainda em negociação. O governo da Dinamarca, prosseguiu, anunciou também a intenção de doar ao fundo, mas sem referência de valores. Destacou que a divulgação do compromisso sempre antecede as doações que posteriormente serão formalizadas por meio de contratos com o BNDES e, em seguida, os valores internalizados ao longo dos anos subsequentes, como vem ocorrendo com a Noruega e Alemanha. Enfatizou haver um sinal claro de retomada do compromisso da comunidade internacional a um projeto considerado um benchmark internacional após um período de quatro anos de paralisação. Informou também que essa nova governança de doadores vai demandar um grande sistema de prestação de contas e que o BNDES está pronto para isso.

Informou que o Fundo Amazônia dispõe hoje de R\$ 3,9 bilhões em caixa e que os 14 projetos, cuja retomada de análises foi autorizada em fevereiro, correspondem a R\$ 500 milhões. O montante de R\$ 3,4 bilhões está disponível para novos projetos.

Raoni Rajão (MMA) informou ser importante esclarecer a diferença entre os tipos de anúncios dos países. No caso da Alemanha, por exemplo, a doação se baseia em um resultado já gerado, porque o Brasil reduziu consideravelmente o desmatamento, acumulando resultados nesta última década. Mas enfatizou que outros países têm posição diferente, fazendo com que por vezes, além da dependência da aprovação interna, sinalizem a espera por novos resultados, com reduções adicionais em termos de desmatamento. Sublinhou então o ano de 2024/2025 para a geração de resultados, que são calculados na média. Informou que somente quando o desmatamento fica

abaixo da média dos últimos anos, de maneira significativa, novos resultados são gerados. Chamou atenção então para esse processo de fluxo de caixa até 2030.

André Lima (MMA) destacou a necessidade de mais resultados e por investir o recurso disponível para que o Fundo se qualifique para mais captações.

Raoni Rajão (MMA) complementou afirmando que o argumento principal é que hoje os países, como a Alemanha, têm a oportunidade de fazer parte de um grande caso de sucesso, contribuindo para as ações que vão gerar a queda do desmatamento. Enquanto outros países, que aguardam a queda para começar o pagamento, vão ser inseridos no quadro do desmatamento baixo, não participando desse caso em seu momento mais importante. Reafirmou estar o Ministério em uma conversa intensa também com os países para atrair recursos o quanto antes para o Fundo Amazônia.

Tereza Campello (BNDES) informou que a taxa de desmatamento apurada entre 2008 e 2016 ainda permitiria o ingresso de recursos, o que, em tese, garantia margem para o recebimento de novos aportes, embora essa métrica não signifique acomodação em termos de ações. Ressaltou, entretanto, não ser possível essa contabilidade geral por não haver números fechados em relação ao ano anterior e que sinais de enfrentamento do novo padrão de desmatamento estão sendo dados, o que pode ser concluído nos principais anúncios de atuação do MMA, do Ibama, do Ministério da Justiça, que já criaram uma reversão de expectativa. Ressaltou que cada doador fará uma análise diferente. Esclareceu a diferença quanto ao quadro de usos e fontes do Fundo Amazônia com os seguintes valores: R\$ 3,294 bilhões em doações e R\$ 2,405 bilhões em rendimentos financeiros; R\$ 1,5 bilhão desembolsado; R\$ 500 milhões que permite o seu desenvolvimento independente de novos aportes no curto prazo.

Marcello Lelis (TO) avaliou positivamente a reunião. Informou que o estado do Tocantins está com um projeto de monitoramento e controle pronto e que gostaria de apresentá-lo nas próximas semanas. Citou a enorme pressão sobre o Cerrado, com o MATOPIBA como o foco de atenção, o que torna relevante saber da abertura do Fundo Amazônia como ferramenta de apoio para o enfrentamento das questões vivenciadas pelo estado.

Tereza Campello (BNDES) agradeceu a participação de todos. Mencionou a importância da realização das reuniões prévias por bancadas, principalmente para atender aqueles que não puderam comparecer, e para sanar dúvidas e questionamentos. Lembrou que o documento de diretrizes não pode ser exaustivo para evitar a exclusão de ações não relacionadas. Reafirmou a necessidade de que os projetos comprovem suas contribuições, e o compromisso e interesse do BNDES em colaborar com os proponentes para facilitar a compreensão e a estruturação dos projetos, garantindo a utilização dos recursos do Fundo Amazônia.

André Lima (MMA) agradeceu a dedicação e contribuição de todos os membros do COFA, em nome do Ministério do Meio Ambiente, e a presença dos países doadores, Alemanha e Noruega. Garantiu o emprego de todo esforço para acelerar ao máximo a atuação do Fundo, destacando três palavras: sinergia, escala e velocidade, que estão

na base das propostas do PPCDAm. Enfatizou a importância dos recursos do Fundo Amazônia para esse novo momento em que não há mais a perspectiva da impunidade, de consolidação e ganho com o desmatamento ilegal. Ressaltou o Cerrado como grande desafio, ainda no contrafluxo, mas com bastante ênfase em termos de trabalho. Mencionou a realização de reunião no Ministério com os secretários do MATOPIBA e desse trabalho em conjunto para pensar medidas que revertam esse quadro de desmatamento. Agradeceu e parabenizou o trabalho da equipe do BNDES.